



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 53/XI/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

*10:30*

- 1. Informações (Audiências pendentes em Comissão, Audiências dos Grupos de Trabalho, Visita da Comissão de Saúde a Bragança, ponto de situação dos Pareceres sobre o Processo Legislativo);*
- 2. Actas nºs 49 e 50, referentes aos dias 29 de Setembro e 06 de Outubro;*
- 3. Testamento Vital -Grupo de Trabalho, Pareceres e Audições;*
- 4. Transferência de Farmácias - Criação do Grupo de Trabalho;*
- 5. Sustentabilidade do SNS - Audições e Metodologia a adoptar;*
- 6. DCI e Unidose -Grupo de Trabalho e Audições;*
- 7. Outros Assuntos.*

*11:30 Audiência da Pain Proposal.*

*12:00 Audiência da Associação Portuguesa dos Profissionais de Acupunctura.*

O Presidente iniciou a reunião com um ponto de situação sobre as audiências pendentes em Comissão e nos Grupos de Trabalho, que lembrou, e referiu também os Projectos de Lei que aguardam a elaboração de Parecer na generalidade. Face ao calendário que está previsto para o debate do Orçamento de Estado de 2011, foi acordado adiar a visita da Comissão a serviços de saúde na região de Trás-os-Montes. Ainda em termos de programação de actividades, o Presidente referiu que o IDT pretende apresentar o seu Relatório à Comissão, o que poderá ser agendado para o dia 10 de Novembro. Informou que a Europacolon irá levar a cabo uma acção de sensibilização na Assembleia da República, iniciativa a que a Comissão de Saúde dá todo o seu apoio. Solicitou ainda aos Grupos Parlamentares que analisem o documento que foi enviado, à Comissão, pela Comissão de Ética para a Investigação Clínica – CEIC.

As Actas nºs 49 e 50, relativas aos dias 29 de Setembro e 6 de Outubro de 2010, foram aprovadas por unanimidade.

Relativamente aos Projectos nºs 413 (PS), 414 (BE), 428 (PSD) e 429 XI 2ª (CDS-PP), que baixaram à Comissão para reapreciação, por 60 dias, referentes às matérias do direito à informação, consentimento informado e testamento vital, o Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares que sugerissem, até à próxima quarta feira, os nomes das entidades a ouvir

sobre a matéria. As audições, que deverão ser gravadas, irão realizar-se em Comissão e o Grupo de Trabalho desenvolverá depois o trabalho a nível legislativo. Informou também que a Deputada Maria de Belém Roseira se associará a estes trabalhos.

Quanto aos Projectos de Lei nºs 326 XI 1ª (PSD), 411 (PCP), 415 (PEV) e 430 XI 2ª (PS), sobre o regime jurídico das farmácias, que baixaram à Comissão de Saúde para reapreciação, por 30 dias, foi constituído um Grupo de Trabalho integrado pelos Deputados Luísa Salgueiro, Rui Prudêncio, Luís Meneses (a confirmar), Serpa Oliva, João Semedo e Bernardino Soares, para analisar as várias iniciativas.

No que respeita ao Projecto de Lei nºs 432 (CDS-PP), que baixou à Comissão para tratamento na especialidade, e 433 XI 2ª (BE), sobre a prescrição por DCI e livre opção do utente por medicamento genérico ou de marca, foi também decidido que os Grupos Parlamentares irão indicar as entidades que pretendem ouvir sobre esta temática, realizando-se as audições em Comissão, com gravação. Posteriormente será criado um Grupo de Trabalho, para elaborar o texto único.

Seguidamente abordou-se o tema da sustentabilidade do SNS, sendo enunciadas as audições propostas pelos Grupos Parlamentares do PSD e BE. A Deputada Isabel Galriça Neto propôs, pelo CDS-PP, a audição do Dr. Alberto Fernandes, Dr. Pedro Pita Barros e Dr. Manuel Delgado. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos sugeriu, pelo PS, a audição do Prof. Jorge Simões. A lista global será enviada a todos os Deputados.

A Proposta de Lei nº 42 XI 2ª, relativa ao Orçamento de Estado para 2011, foi distribuída ao PS, que indicou como Relatora a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

#### *Audiência da Pain Proposal*

*(a audiência foi integralmente gravada)*

Estiveram presentes nesta audiência, que teve por objectivo a apresentação dos Relatórios de Consenso Europeu e da Realidade Nacional sobre a gestão da dor crónica, o Dr. José Romão e os Dr.s Teresa Gesteiro, Helena Novais, Ana Torres, Fátima Bragança, Aleixo Dias, Eduardo Ribeiro, Catarina Marcelino, Rita Melo, Maria da Luz Paiva e Anabela Pereira.

O Dr. José Romão abordou a questão da dor como um problema de saúde fundamental, que não tem tido o tratamento adequado em Portugal, tendo entregue aos Deputados dois Relatórios, a saber: "*Pain Proposal – a dor crónica em Portugal*" e "*Pain Proposal – Improving the Current and Future Management of Chronic Pain*".

Focou os pontos essenciais destes Relatórios, salientando que a dor crónica gera muitas consultas e exames complementares de diagnóstico e constitui um fardo individual, gerando também custos elevados, em termos de consumo de medicamentos e custos indirectos, porque é responsável por muitas faltas ao emprego e reformas precoces. Por isso, considera urgente a tomada de medidas para modificar o actual estado das coisas, pedindo a colaboração do

Parlamento no sentido de que o Plano Nacional de Saúde possa prever acções que diminuam a falta de tratamento da dor crónica.

Seguiram-se as intervenções dos Deputados Clara Carneiro, Maria Antónia Almeida Santos, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Rosário Águas, que pediram alguns esclarecimentos adicionais sobre o nível de intervenção que a Pain Proposal teve no Plano Nacional de Saúde, a formação de médicos e outros profissionais de saúde para o tratamento da dor crónica e as medidas que podem contribuir para que este problema de saúde tenha um tratamento adequado em Portugal.

O Dr. José Romão respondeu às questões formuladas, acentuando a importância deste assunto, lembrando que este ano o tema é “o impacto social da dor” e afirmando que não pode haver alheamento dos políticos, até pelo grande impacto económico que a dor crónica tem.

#### Audiência da Associação Portuguesa dos Profissionais de Acupuntura

*(a audiência foi integralmente gravada)*

Estiveram presentes nesta audiência, que teve por objectivo alertar para a persistência da falta de regulamentação da Lei nº 45/2003, de 22 de Agosto, o Dr. Eduardo Vicente, acompanhado pelos Dr.s José Franco, Sílvia Correia, Paulo Freire de Almeida e M. Ball Krishna.

O Dr. Eduardo Vicente fez um relato dos factos que enquadram esta questão, destacando as consequências nefastas da não regulamentação desta lei, designadamente para efeitos de IVA, e a forma pouco correcta como se têm processado os trabalhos da comissão que, no Ministério da Saúde, foi incumbida de preparar uma proposta de regulamentação. A APPC continua a querer contribuir de forma responsável para a feitura de um quadro legal regulamentador adequado.

Neste ponto da Ordem do Dia a Vice-Presidente Luísa Salgueiro assumiu a presidência da reunião.

Os Deputados Carla Barros, João Semedo, Ricardo Gonçalves, Rui Prudêncio, Isabel Galriça Neto e Maria José Nogueira Pinto usaram da palavra para formular algumas perguntas sobre este assunto, apoiando a necessidade de ser concretizada a regulamentação em falta desde 2003, tendo o Dr. Eduardo Vicente respondido às questões, fazendo também a entrega de um dossier sobre este tema.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 Outubro 2010.

**O PRESIDENTE**

**A VICE - PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

**(LUIZA SALGUEIRO)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Bernardino Soares  
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria das Mercês Borges